

Tabela 1 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

**ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
**JANEIRO A DEZEMBRO/ 2010**

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")


R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO A DEZEMBRO/ 2010	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	151.515.463,95	-
Pessoal Ativo	151.515.463,95	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	6.750.119,48	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	6.724.390,89	-
Despesas de Exercícios Anteriores	25.728,59	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	144.765.344,47	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		144.765.344,47
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)</b>	3.881.229.046,02	
<b>% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100</b>	<b>3,73</b>	
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt; 6 % &gt;</b>	232.873.742,76	
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt; 5,7 % &gt;</b>	221.230.055,62	
<b>FONTE: RCL POSIÇÃO EM 30 NOVEMBRO DE 2009</b>		


Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

  
 Desembargador Antônio Félix  
 Presidente Interino  
 CPF nº. 025.416.298-34

  
 Marina Pereira Jabur  
 Controlador Interno  
 CPF Nº 848.914.401-04

  
 Alair Juaçã Dias Junqueira  
 Diretor Financeiro  
 CPF nº 565.592.918-04

  
 Manoel Lindomar A. Lucena  
 Contador  
 CRC DF-9642/T-TO

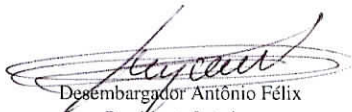
**ESTADO DO TOCANTINS - PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**3º QUADRIMESTRE / 2010**

LRF, art. 48 - Anexo VII

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	151.515.463,95	3,73
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < 6 % >	232.873.742,76	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < 5,70 %>	221.230.055,62	5,70
DÍVIDA		
Dívida Consolidada Líquida	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
GARANTIAS DE VALORES		
Total das Garantias	VALOR	% SOBRE A RCL
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
Operações de Crédito Internas e Externas	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

FONTE:



Desembargador Antônio Félix  
 Presidente Interino  
 CPF nº. 025.416.298-34



Marina Pereira Jabur  
 Controlador Interno  
 CPF Nº 848.914.401-04

  
 Almor Juaçã Dias Junqueira  
 Diretor Financeiro  
 CPF nº 565.592.918-04

  
 Manoel Lindomar A. Lucena  
 Contador  
 CRC DF-9642/T-TO